

A LÍNGUA DE SINAIS BRASILEIRA E A FORMAÇÃO DE PROFESSORES NA MODALIDADE A DISTÂNCIA: CONHECIMENTO E DESENVOLVIMENTO PROFISSIONAL¹

Eliamar Godoi² (Universidade Federal de Uberlândia – eliamarufu@gmail.com)

Marisa Pinheiro Mourão³ (Universidade Federal de Uberlândia – marisapmourao@yahoo.com.br)

Grupo Temático 6. Educação e tecnologias: formação e atuação de educadores/profissionais

Subgrupo 6.1 Conhecimentos e práticas: aprendizagem da docência e desenvolvimento profissional

Resumo: Mesmo com a democratização do processo de inclusão, inúmeros professores da rede pública ainda possui tímida formação pedagógica para receberem alunos surdos na sala regular. Para esse estudo, objetivamos descrever os processos de criação e a implantação de um curso de aperfeiçoamento em Libras oferecido a distância pela Universidade pública local e ainda apresentar o seu histórico de criação, relacionando-o à articulação entre MEC e IFES para atender a rede de formação de professores do país. A Educação Online surge como opção essencial para se redimensionar práticas de ensino e formas de aprendizagem na busca por atender à demanda por formação desses profissionais. O procedimento metodológico escolhido foi a análise do projeto do curso e de alguns documentos oficiais que conduziram a sua implementação. O resultado mostra que a Educação Online se configurou como principal condição para que o processo de formação/capacitação de professores da rede pública fosse viabilizado pela IFES.

Palavras-chave: Formação de Professores, Língua de Sinais Brasileira, Educação Online.

Abstract: Even with the democratization of the inclusion process, a lot of public school teachers still have little pedagogical training to receive deaf students in regular education room. For this study, we describe the process of creating and implementing a course of training in Brazilian Sign Language offered at a distance by the local public university and we still aim to present its historical creation, relating it to the relationship between MEC and IFES empower the network of teacher training in the country. The Education Online is the essential option to resize practical ways of teaching and learning in the search for meet the demand for training these professionals. The methodological approach chosen for data collection was the analysis of the course design and some official documents that led to its implementation. The result shows that the Online Education configured as the main condition for the process of training / capacity building of teachers in public schools was made possible by IFES.

Keywords: Teacher Training, Brazilian Sign Language, Education Online.

¹ Apoio: MEC/SECADI/FNDE

² Doutora em Estudos Linguísticos. Professora da Faculdade de Educação da Universidade Federal de Uberlândia – FACED/UFU. Líder e pesquisadora do Grupo de Pesquisas em Estudos da Linguagem, Libras, Educação Especial e a Distância e Tecnologias – GPELEDT.

³ Mestre em Educação. Professora da Faculdade de Educação da Universidade Federal de Uberlândia – FACED/UFU. Pesquisadora do Grupo de Pesquisas em Estudos da Linguagem, Libras, Educação Especial e a Distância e Tecnologias – GPELEDT.

1. Aspectos introdutórios

O processo de inclusão de alunos surdos na educação tem alcançado destaque nas últimas décadas, distanciando-se dos discursos e práticas educacionais de reabilitação, em que imperavam o preconceito e a normalização. Hoje, pode-se falar que avanços significativos ocorreram no campo de pesquisas e produção de materiais para a inclusão do surdo na sociedade e na escola. No entanto, apesar da crescente democratização do processo de inclusão, a maioria dos professores ainda possui pouco ou nenhum conhecimento e formação pedagógica para lidar com as diferentes necessidades de ensino e aprendizagem em contextos inclusivos.

Nessa direção, a carência de profissionais formados na perspectiva da Educação Inclusiva tem dificultado o processo de educação do surdo na sala regular de ensino. Implementar um processo de inclusão contando com a maioria dos professores da rede pública com tímida formação pedagógica para receberem alunos surdos na sala regular de ensino tem sido um grande desafio para o Ministério da Educação.

No sentido de compartilhar experiências da oferta de um curso de aperfeiçoamento em Libras, para atender à demanda por professores com formação específica no atendimento do aluno surdo na sala regular de ensino, para esse estudo, objetivamos descrever os processos de criação e a implantação de um Curso de Aperfeiçoamento em Língua Brasileira de Sinais - Libras oferecido a distância pela Universidade pública local e ainda apresentar o seu histórico de criação, relacionando-o à articulação entre MEC, SECADI, UAB, FNDE e IFES para atender a rede de formação de professores do país.

Nesse contexto, a Educação Online surge como opção essencial para se redimensionar práticas de ensino e formas de aprendizagem na busca por atender à demanda por formação desses profissionais, configurando-se como principal condição para que o processo de formação/capacitação de professores da rede pública fosse viabilizado pela IFES.

O procedimento metodológico escolhido para a coleta de dados foi a análise do projeto do curso e de alguns documentos oficiais que conduziram a sua implementação. A leitura de trabalhos com os de Silva (2012), Behar (2009) e de documentos oficiais como Lei 10.436/05, Decreto 5.626/05, Resolução CD/FNDE nº 45/11, Decreto nº 5622/05 e Decreto nº 5.800/06 conduziram nossa discussão.

Assim, para esse texto, explicitamos os movimentos de articulação e parcerias entre diversas esferas (IFES, MEC, SECADI, UAB e FNDE) que se uniram para atender à demanda por formação de professores na perspectiva inclusiva. Assinalamos nossas leituras acerca do universo da organização e oferta de cursos a distância para atender a programas por formação de professores, criados pelo Governo Federal. Depois, apresentamos alguns conceitos básicos da EAD. Logo após, expomos o cenário atual da educação do surdo no Brasil e as ações da Política Nacional de Educação Especial - PNEE na perspectiva da educação inclusiva e aspectos que envolveram a criação de um curso de formação de professores a distância. Na sequência, explicitamos os trajetos para a composição do curso de Libras a distância na perspectiva de um ensino de Libras contextualizado. Por fim, apresentamos nossas considerações finais.

2

2. Movimentos e articulações de instâncias superiores: processos para viabilizar formação de professores

A inclusão de alunos surdos nas escolas regulares tem repercutido em uma série de desafios socioeducacionais, dentre os quais se podem destacar: adaptação do espaço físico da escola, ausência de materiais didáticos, metodologias de ensino e a formação inicial e continuada dos professores e, especialmente, a falta de professores com formação adequada para atender alunos surdos na Escola Básica Pública.

Nessa direção, com a finalidade de amenizar a demanda por formação, especialmente, para a Educação Inclusiva, o Governo Federal desenvolveu alguns programas de formação continuada e de capacitação de professores. Para tanto, o governo considerou dois importantes objetivos do Plano de Desenvolvimento da Educação – PDE que são o de promover a melhoria da qualidade da educação básica pública e ainda o de expandir e interiorizar a oferta de cursos e programas de formação de professores no país.

Esse programa também considerou o papel fundamental da escola na promoção do desenvolvimento sustentável e na constituição de uma cultura dos direitos humanos, de enfrentamento de toda forma de discriminação e de violência, de atendimento às necessidades educacionais das diversas populações, incluindo a das pessoas com deficiência, transtornos globais de desenvolvimento e altas habilidades, público alvo atendido pela Educação Especial.

Para tanto, o Ministério da Educação – MEC, na figura da Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão - Secadi⁴ em articulação com os sistemas de ensino, é o órgão que surge para implementar políticas educacionais nas diversas áreas da Educação Nacional. No MEC, a Secadi assume como principal objetivo o de contribuir para o desenvolvimento inclusivo dos sistemas de ensino, voltado à valorização das diferenças e da diversidade, à promoção da educação inclusiva, dos direitos humanos e da sustentabilidade socioambiental, visando à efetivação de políticas públicas transversais e intersetoriais. Dessa forma, o governo federal lança editais convocando as Instituições Federais de Ensino Superior – IFES para participarem desses programas de formação que, em parceria com o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação – FNDE, disponibiliza recursos financeiros para que os programas sejam implementados e a formação continuada/capacitação aconteçam.

Para tanto, por meio da Resolução CD/FNDE nº 4/11 é o FNDE que estabelece os critérios e normas para custear bolsas de estudo e pesquisa para profissionais que atuam nos cursos de formação implementados pela SECADI/MEC no âmbito do Programa Rede Nacional de Formação Continuada de Professores da Educação Básica - Renafor. Nesse caso, os cursos implementados pela SECADI/MEC no âmbito da Renafor têm por finalidade formar professores para o desenvolvimento de práticas educacionais inclusivas, considerando o direito de todos à educação, por meio da valorização da diversidade humana, bem como do respeito às diferenças culturais físicas, sensoriais, intelectuais, linguísticas, dentre outras (BRASIL, Resolução CD/FNDE, nº 45/2011).

Na busca por contribuir para a melhoria da formação dos professores e alunos, propiciando formação continuada e investindo em capacitação do professor da rede básica

⁴ Para mais informações sobre a SECADI acesse:

http://portal.mec.gov.br/index.php?Itemid=541&id=290&option=com_content&view=article

pública, o governo criou o Programa Rede Nacional de Formação Continuada de Professores da Educação Básica – Renafor⁵, cujo público-alvo prioritário da rede são professores de educação básica dos sistemas públicos de educação. Para tanto, as instituições de ensino superior públicas, federais e estaduais recebem as chamadas por editais para se integrarem a Rede Nacional de Formação de professores.

Uma vez integradas à Rede de Formação, essas instituições estabelecem parcerias com a Rede Básica de Ensino e recebem recursos para produzirem materiais de orientação para cursos à distância e semipresenciais, com carga horária de 120 horas. As IFES atuam em Rede para atender às necessidades e demandas de outro grande projeto do governo que é o Plano de Ações Articuladas - PAR dos sistemas de ensino. As maiores demandas se encontram na alfabetização e linguagem, na educação matemática e científica, no ensino de ciências humanas e sociais, e nas artes e educação física.

Para que todo esse programa funcione em seus diversos âmbitos, o Ministério da Educação oferece suporte técnico e financeiro e tem o papel de coordenador do desenvolvimento do programa, que é implementado por adesão, em regime de colaboração, pelos estados, municípios e Distrito Federal (MEC, portal.mec.gov.br, 2014).

É no sentido de viabilizar toda a ação de formação proposta pelo Governo Federal que a Educação a Distância surge, nesse contexto, para propiciar formação ao professor da rede pública que não tem acesso à Instituição de Ensino Superior e/ou não dispõe de carga horária para frequentar as IFES. Sendo assim, ao publicar os editais para as chamadas das IFES para compor a Rede de Formação, o MEC apresenta a possibilidade de que as IFES, ao criarem seus cursos para atender às demandas levantadas, tenham a opção de oferecê-los em três opções de modalidades de ensino: presencial, semipresencial e a distância. Nesse caso, as IFES vão criar e oferecer cada curso considerando o público alvo, sua formação, interesse, disponibilidade e acesso às tecnologias. É nesse contexto que o Curso de Aperfeiçoamento em Língua Brasileira de Sinais a Distância foi criado.

Legalmente, de acordo com o Decreto 5.622/05, a EAD recebe a seguinte definição:

a Educação a Distância é a modalidade educacional na qual a mediação didático-pedagógica nos processos de ensino e de aprendizagem ocorre com a utilização de meios de tecnologias de informação e comunicação, com estudantes e professores desenvolvendo atividades educativas em lugares ou tempos diversos. (BRASIL, 2005).

Já para Behar (2009, p. 16), lançando um enfoque especial no aspecto da aprendizagem, a EAD pode ser definida como “uma forma de aprendizagem organizada que se caracteriza, basicamente, pela separação física entre professor e alunos e a existência de algum tipo de tecnologia de mediatização para estabelecer a interação entre eles”. Nesse processo, embora professores e alunos estejam separados pelo espaço e pelo tempo, as tecnologias têm a função de promover a interação desses agentes articulando o encontro dos mesmos em ambientes virtuais.

Esse ambiente permite aos educadores e alunos um novo meio para obter acesso à EAD, sinalizando a evolução mais recente em que a EAD habitual evolui para a Educação *On-line* (SILVA, 2012). Silva (2010) define a modalidade *on-line* como aquela que conta exclusivamente com as disposições próprias da internet e tecnologias digitais convergentes e

⁵ Para mais informações sobre a Renafor, acesse:

http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=231&Itemid=332

alerta para a necessidade de investimentos na gestão e na mediação da comunicação e da aprendizagem na internet. De acordo com esse estudioso, para que a disponibilização de educação *on-line* esteja em sintonia com indicadores de qualidade em educação, como dialógica, compartilhamento, colaboração, participação criativa e simulação é preciso investimento em gestão e mediação dessa educação.

A educação *on-line* ganha espaço nesse contexto da denominada sociedade da informação e possibilita a aprendizagem na flexibilidade e na interatividade próprias da internet, assinalando para o surgimento de um novo ambiente comunicacional e educacional. A educação *on-line* se constitui como “novo espaço de comunicação, de sociabilidade, de organização, de informação e de educação” (SILVA, 2012, p. 11). A nosso ver, a EAD *on-line*, evolução da EAD anterior, é educação e possibilitou a implantação de novas metodologias de ensino e de aprendizagem da Libras, além de apresentar um caráter multidisciplinar dessa área. Nesse sentido, a educação *on-line* se constitui como um novo modo de se fazer EAD e que se mostrou essencial para viabilizar o curso de aperfeiçoamento em Libras a distância.

A caminho de sua terceira edição, o Curso de Aperfeiçoamento em Língua Brasileira de Sinais foi criado em 2013 para se ofertado com carga horária de 180h, totalmente a Distância. Com a meta de atender 1.000 (um mil) professores da Rede de Educação Básica, objetivo do curso é o de ensinar a Língua Brasileira de Sinais para esses professores da rede pública de educação, funcionando como um suporte para a aprendizagem da Libras. Por meio de uma abordagem do ensino de Libras como segunda língua para ouvintes, o curso ainda se pauta em compartilhar com seus cursistas inúmeras discussões teóricas e metodológicas sobre a Língua de Sinais, sobre a surdez, suas implicações na educação de surdos e apresentar algumas diretrizes gerais para a sociedade quanto à formação de profissionais para atuar na educação de pessoas surdas.

Após termos apresentado a articulação entre o MEC, SECADI e as IFES demonstrando como se compõe e se organizam as Redes de Formação continuada dos programas propostos e implementados pelo Governo Federal, a seguir, contextualizamos o ensino de Libras no contexto da Educação Inclusiva e componente do rol de cursos de aperfeiçoamento ao atender à demanda levantada pelo Ministério da Educação e às exigências legais por formação na perspectiva inclusiva, e ainda apresentamos o cenário atual da educação dos surdos no Brasil.

5

3. O cenário da educação de surdos no Brasil

A Política Nacional de Educação Especial - PNEE na perspectiva da educação inclusiva, publicada em 2008, reafirmou a Lei n. 10.436/2002 do Decreto 5.626/2005, legitimando mais uma vez, a educação bilíngue para as pessoas surdas, legitimando ainda seu direito de ser educado tendo sua a Língua de Sinais como língua de instrução, conforme disposto seguir:

Para a inclusão dos alunos Surdos, nas escolas comuns, a educação bilíngue - Língua Portuguesa/LIBRAS, desenvolve o ensino escolar na Língua Portuguesa e na Língua de Sinais, o ensino da Língua Portuguesa como segunda língua na modalidade escrita para alunos Surdos, os serviços de Tradutor/intérprete de LIBRAS e Língua Portuguesa e o ensino da LIBRAS para os demais alunos da escola. (BRASIL, 2008, p.17)

Neste movimento, soma-se o fato de o modelo educacional brasileiro atual ser, na teoria, o inclusivo. Essa discussão tem tomado um forte impulso nos últimos anos principalmente por meio do apelo do Estado que, por meio da mídia, propaga a inclusão escolar como uma tarefa de todas as escolas brasileiras. No entanto, do discurso à prática há uma longa distância e esse abismo precisa ser superado para que a inclusão não fique apenas no plano da retórica política.

A Política Nacional de Educação Especial – PNEE na perspectiva da educação inclusiva ainda reforça a ação inclusiva no âmbito do Ensino Superior, no sentido de legitimar a formação com base na promoção de acesso ao conhecimento e a permanência do aluno deficiente no sistema educacional, conforme apresentado a seguir:

Na educação superior, a transversalidade da educação especial se efetiva por meio de ações que promovam o acesso, a permanência e a participação dos alunos. Estas ações envolvem o planejamento e a organização de recursos e serviços para a promoção da acessibilidade arquitetônica, nas comunicações, nos sistemas de informação, nos materiais didáticos e pedagógicos, que devem ser disponibilizados nos processos seletivos e no desenvolvimento de todas as atividades que envolvem o ensino, a pesquisa e a extensão (BRASIL, 2008, p. 17).

No caso da específico da educação de surdos, embora alguns avanços já se façam notados, como o reconhecimento da sua língua, ainda há muito a conquistar pela comunidade surda. A inclusão de alunos surdos nas escolas regulares tem repercutido uma série de desafios socioeducacionais, dentre os quais podemos destacar: a adaptação do espaço físico da escola, as metodologias de ensino e a formação inicial e continuada dos professores, ressaltando que não basta apenas que esses profissionais aprendam LIBRAS, mas aprendam em seus cursos de formação como desenvolver uma prática de ensino e aprendizagem que considere as necessidades dos aprendizes surdos.

Partindo do princípio de que a participação social, educacional e profissional é um direito de todos e que Libras é a língua materna dos surdos brasileiros, há a necessidade urgente de torná-la acessível aos profissionais que atuam ou desejam atuar com pessoas surdas. Consideramos, portanto, que o movimento de divulgação e ensino dessa língua poderá contribuir para garantir à comunidade surda participação mais efetiva na sociedade e acesso a uma educação de qualidade a todos os seus membros.

Deste modo, compete às Instituições de Ensino Superior oferecer espaços alternativos e/ou complementares para a aprendizagem da Libras aos seus alunos e aos demais profissionais, para que tenham a oportunidade de refletir sobre as especificidades culturais, linguísticas e identitárias dos sujeitos surdos. Partindo da premissa de que os cursos de licenciatura são espaços legítimos de formação de professores, é relevante que estes promovam discussões que envolvam fundamentações teóricas e práticas pertinentes à educação de surdos, que incluam o ensino da Libras.

Nesse sentido, cabe também às IFES a oferta de cursos de Libras para atenderem à comunidade dos professores da Escola Básica na perspectiva da Formação Continuada e como forma de se conseguir atender às exigências legais garantindo o direito do surdo de ser educado por sua língua materna e às demandas por formação específica na perspectiva da Educação Inclusiva.

Após apresentar discussões a respeito da Política Nacional de Educação Especial – PNEE na perspectiva da Educação Inclusiva que reforça a ação inclusiva no âmbito do Ensino

Superior e da Escola Básica e legítima a educação bilíngue para o surdo, a seguir apontamos como se deu a criação do curso de Libras na modalidade a distância e os movimentos e parcerias entre as IFES, o MEC, a UAB e a SECADI.

4. Legislação e a criação de um curso de formação de professores a distância

Posto o reconhecimento do *status* linguístico da Libras e das conquistas legais das pessoas surdas, focamos neste espaço nossas discussões a respeito do ensino da Libras no Ensino Superior na modalidade de Educação a Distância - EAD, considerando que as determinações do Decreto 5.626/2005 também aplicam-se aos cursos de licenciatura, oferecidos pelas Instituições Públicas de Ensino Superior na modalidade a distância.

Os projetos de EAD tiveram o seu respaldo acentuado após a publicação da Lei n. 9.394/96 e do Decreto n. 5.622/05, que no Art. 80, que dispõe: “o poder público incentivará o desenvolvimento e a veiculação de programas de ensino a distância, em todos os níveis e modalidades de ensino, e de educação continuada”. Essa modalidade de educação tem sido vista como uma alternativa viável para atender a um país de grandes distâncias geográficas, onde muitas pessoas não têm acesso à informação.

Em meio a este contexto, em 2005 foi criada a Universidade Aberta do Brasil - UAB, por meio da regulamentação do Decreto n. 5.800/06, que se trata de um sistema de integração entre instituições do ensino superior que tem como objetivo viabilizar a expansão e a interiorização da oferta de ensino superior público e gratuito a partir do fomento a EAD, priorizando a formação inicial e continuada dos professores da educação básica (BRASIL, 2006). Assim, diversas IFES integram o sistema UAB.

Neste contexto, a Universidade Federal de Uberlândia - UFU tem buscado inserir-se nesta área de forma gradual e permanente. Desde 2007, a UFU, por meio do Centro de Ensino, Pesquisa, Extensão e Atendimento em Educação Especial - CEPAE, faz parte da rede de formação continuada a distância de professores em Educação Especial do Ministério da Educação - MEC e da Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão - SECADI, em parceria com a UAB.

Assim, foi proposto o desenvolvimento de um curso para o ensino de Libras a distância mediado pela *internet*, de 180 horas, para a formação de professores das escolas da rede pública do país. O objetivo do curso é o de funcionar como um suporte para o aprendizado da Libras e apresentar discussões teóricas e metodológicas sobre a surdez, as suas implicações na educação e as diretrizes gerais para a sociedade quanto à formação de profissionais da rede pública de ensino para atuar na educação de pessoas surdas.

Considerando o contexto de oferta do curso, constatamos, em grande parte dos cursos presenciais para o ensino da Libras, existentes na cidade de Uberlândia, que a maior dificuldade para uma aprendizagem significativa desta língua é a metodologia descontextualizada do conteúdo apresentado. Geralmente, nesses cursos são utilizados livros e apostilas que apresentam a Libras de forma isolada e muitas vezes, estática. Os sinais são separados em categorias de forma que o aluno, ao finalizar o curso, não consegue comunicar-se com o surdo, pois não sabe formar frases e utilizar os sinais em um contexto. Além disso, a parte teórica da gramática da Libras, geralmente, não é discutida durante as aulas.

Como objetivos específicos e, considerando o acesso às tecnologias e propondo novas abordagens de ensino, o curso pretendeu desenvolver diferentes recursos midiáticos

para o ensino de Libras, a saber: vídeo-aulas, textos, material impresso, jogos, *e-books* via *web* entre outros.

Dessa forma, por meio do curso pudemos contribuir com a inclusão de pessoas surdas por meio da ampliação das condições de ensino e aprendizagem da comunidade surda brasileira; apresentar e discutir metodologias de ensino e aprendizagem específicas para alunos surdos; produzir e divulgar conhecimentos relacionados à educação de pessoas surdas; desenvolver uma alternativa didático-pedagógica original para o ensino da Libras para cursos a distância podendo ser adaptado para cursos de graduação e pós-graduação *latu sensu* das IFES do país. Pudemos ainda desenvolver pesquisas envolvendo procedimentos didático-pedagógicos para o ensino da Libras como primeira e segunda línguas; diagnosticar, acompanhar e avaliar as suas contribuições do curso na formação continuada dos docentes da rede pública do Brasil.

Com um desenho original cuja abordagem de ensino envolveu o ensino de Libras como segunda língua para ouvintes, a primeira edição do curso foi ofertada no segundo semestre de 2013, e sua segunda edição teve início no primeiro semestre de 2014. Na atualidade, a terceira edição está em fase de organização para ser ofertada no segundo semestre de 2014.

5. Composição do curso de Libras a distância: ensino de Libras contextualizado

O curso de aperfeiçoamento em Libras para a formação continuada de professores é ministrado integralmente a distância por meio da *web* e contemplará duas linhas de ação articuladas: (1) formação de professores; e (2) produção de conhecimento. O curso tem módulos que consideram uma metodologia de ensino de Libras de forma contextualizada e interativa em situações do dia-a-dia. Concomitante às discussões teóricas, a Libras é apresentada de forma contextualizada, em 5 módulos de ensino, explorando, aproximadamente 1.200 sinais.

Por considerar que a educação de surdos ultrapassa a questão da Libras, o curso também aborda discussões teóricas que objetivam inserir o aluno cursista em fatores pertinentes à educação de pessoas surdas, bem como fornecer um espaço para reflexão e discussão. Os conteúdos programáticos do curso abordam: a história da educação de pessoas surdas no mundo e no Brasil; as concepções de surdez; as filosofias educacionais e surdez; as práticas pedagógicas e surdez; a cultura e a identidade surda; a gramática da Libras e a discussão sobre as políticas públicas brasileiras na educação de pessoas surdas.

Os módulos são gerenciados na plataforma *Moodle*⁶, em uma versão adaptada pela UFU e pela equipe do Centro de Educação a Distância - CEaD. A escolha por esta plataforma de gerenciamento deu-se devido à mesma ser gratuita e de fonte aberta. Isto significa que os administradores têm acesso ao código fonte do *software*, podendo examinar, alterar, ampliar e modificar a plataforma.

Os alunos e os administradores do curso podem acessar os módulos de qualquer lugar com a utilização de um computador, conexão com a *internet* e um navegador *web* (*Microsoft Internet Explorer, Mozilla, Firefox, etc.*). Além disso, o uso de ambientes *on-line*

⁶ Moodle - Modular Object-Oriented Dynamic Learning Environment - É um *software* utilizado livremente sob os termos da Licença Pública.

para cursos a distância pode tornar o conteúdo mais eficaz e interativo, usando as vantagens da *internet* sem dispensar a necessidade do professor e da elaboração do material didático.

Para o desenvolvimento do curso são utilizadas as ferramentas disponíveis no *Moodle*. Dentre estas, destacamos algumas, nomeadamente o envio e compartilhamento de materiais de estudo via *web*; os fóruns e as salas de bate-papo (*chats*); os testes de múltipla escolha e dissertativos; as pesquisas e os questionários; a coleta e correção das atividades avaliativas; o registro e relatório de notas; as videoconferências; os glossários; os livros *on-line*; as *wikipédias*; a montagem das lições/capítulos.

Cada módulo tem um tema central e, no decorrer do mesmo, são realizadas atividades de fixação e avaliação, com a utilização de jogos interativos e objetos de aprendizagem. Em todos eles, a Libras é apresentada na sua gramática própria, por meio de situações e diálogos presentes no cotidiano. Os sinais referentes a cada módulo também são disponibilizados ao aluno em formato de glossário, com o seu respectivo vídeo em que o aluno pode assistir quantas vezes quiser.

O curso é apresentado em um formato acessível, com uma interface simples e interativa, utilizando todos os recursos de multimídia e de interação disponíveis na *web*. Todo o material é desenvolvido utilizando recursos de gravação e edição de vídeo e recursos de animações utilizando o *software Adobe Flash® Professional*. As discussões teóricas e diretrizes para o desenvolvimento das atividades do curso são disponibilizadas no *Moodle* em formato de *e-book* e impresso, versão que é enviada aos alunos aprovados juntamente com um DVD com todo o material utilizado no curso.

A necessidade de utilização de diferentes mídias foi observada tendo em vista experiências anteriores com a oferta de vários cursos pelo CEPAE/UFU, na modalidade a distância. O aluno cursista, muitas vezes, não dispõe de um computador com acesso à *internet* ou possui uma conexão com a *internet* muito lenta. Desse modo, considerando as possíveis dificuldades desses alunos acessarem o material *online*, que privilegiará a utilização de recursos visuais e hipermidiáticos como jogos, desenhos, vídeos, *web*-aulas, *etc*, houve a necessidade de, além da disponibilização do conteúdo no Ambiente Virtual de Aprendizagem - AVA, de que os alunos recebessem o material impresso e o DVD do curso nas suas residências.

Atualmente, muitos cursos na modalidade EAD, oferecidos pelo MEC, focam na utilização de mídias digitais, no entanto, o material impresso continua a ocupar posição de destaque, sendo a mídia mais acessível e de maior custo-benefício nos cursos ofertados na modalidade a distância. O impresso destaca-se por ser de fácil manuseio, e que pode ser consultado em qualquer lugar e tempo.

Cabe ressaltar que o curso não tem a finalidade de substituir a formação presencial dos professores e a aquisição da Libras por meio do contato com a comunidade surda, mas constitui-se em uma ferramenta alternativa e complementar de formação de professores e facilitação de ensino e aprendizagem desta língua.

6. Considerações Finais

O cenário de educação do surdo ainda revela inúmeras limitações, sendo a carência de professores com formação adequada para receber o aluno surdo em sala regular de ensino o principal fator limitante desse processo. De uma maneira geral, a pretensão do curso é contribuir com a formação de professores da educação básica em todo o país, que

atuam ou desejam atuar na educação do surdo, por meio da difusão da Libras e do oferecimento de um espaço para reflexão e discussão entre os profissionais propiciado pela EAD.

Assim, acreditamos que o desenvolvimento e produção deste curso são relevantes para a academia no tocante à tríade dos princípios da Universidade Pública que prima pela indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão. Nesse caso, a oferta do curso de Libras a distância propiciou a investigação e a produção de conhecimentos científicos e tecnológicos que contribui com a solidez de conhecimentos na área de educação de pessoas surdas.

O desenvolvimento e a produção deste curso auxilia às demais instituições públicas do país no processo de ensino da Libras, uma vez que a utilização do produto desenvolvido poderá acontecer por meio de parcerias destas com a UFU. Funciona, portanto, como ferramenta didático-pedagógica para o ensino de Libras, podendo também funcionar como curso de extensão destinado a professores da educação básica em todo o país, contribuindo com a sua qualificação dos professores no atendimento aos alunos surdos das suas classes.

A comunidade surda também é beneficiada, pois o curso auxilia na consolidação e na divulgação da Libras capacitando professores da rede pública de ensino que recebe alunos surdos em sala regular. A oferta do curso também auxilia os próprios alunos surdos no sentido de que poderão encontrar no seu processo de escolarização professores melhor qualificados para os receberem na sala de aula regular de ensino.

A oferta do curso nos levou ao reconhecimento das variações que se refletem em níveis de incorporação da tecnologia aos processos de ensino e aprendizagem da Libras que movimentam o curso postado em uma plataforma educacional. Esses níveis de incorporação da tecnologia, sobretudo a digital, aos processos educacionais do ensino de Libras nos levaram a denominar de EAD *on-line* aquela EAD praticada em espaços virtuais de aprendizagem, também chamados de AVAs.

Nessa perspectiva, pela sua interatividade, o ambiente virtual ou a sala de aula *on-line* permitiu-nos identificar diversos níveis de interação, de aprendizagem da Libras, de acesso à informação e à instrução pedagógica. Pelo fato de esse espaço virtual de aprendizagem propiciar acesso a informações em rede, esses níveis de incorporação de tecnologia aconteceram desde o acesso individual a informações inalteráveis do curso até a imersão total em um ambiente de prática, por um professor formador e/ou tutor e apoiado por uma comunidade de aprendizagem. Cabe ressaltar que a oferta do curso de Libras a distância não tem a finalidade de substituir a aquisição do uso social da Libras por meio do contato com a comunidade surda, mas de oferecer um espaço alternativo para a formação continuada de professores.

Nesse sentido, a EAD mostrou-se como condição essencial para que o Curso de Aperfeiçoamento em Língua Brasileira de Sinais a distância, alcançasse professores da Escola Básica de todo o país. Assim, foi da parceria entre IFES, MEC, SECADI, UAB e FNDE viabilizada pela EAD que possibilitou a criação e oferta desse curso, atendendo à demanda por formação continuada dos professores da Rede Pública de Ensino do Brasil na perspectiva da Educação Inclusiva.

7. REFERÊNCIAS

BEHAR, P. A. (Org.). **Modelos pedagógicos em educação a distância**. Porto Alegre: Artmed, 2009. 309 p.

BRASIL, Decreto nº 5.800, de 08 de junho de 2006. Dispõe sobre o Sistema Universidade Aberta do Brasil - UAB. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 9 jun. 2006.

BRASIL, Decreto nº 5622, de 19 de dezembro de 2005. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional e caracteriza a Educação a Distância como modalidade educacional. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 10 dez. 2005.

BRASIL, **IBGE**. *Censo demográfico 2010*.

BRASIL. **Decreto n. 5626, de 22 de dezembro de 2005**. Brasília: Presidência da República, Casa Civil, Subchefia para assuntos jurídicos.

BRASIL. **Lei n. 10.436, de 24 de abril de 2002**. Brasília: Presidência da República, Casa Civil, Subchefia para assuntos jurídicos.

BRASIL. **Política nacional de educação especial na perspectiva da educação inclusiva**. Brasília: MEC/SEESP. 2008.

IBGE (2010). *Censo Nacional Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística*. Retirado de <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2010/>.

MOURA, M. C. (2000). **O surdo: caminho para uma nova identidade**. Rio de Janeiro: Revinter, FAPES.

SILVA, M. **Sala de aula interativa**. 3. ed. São Paulo: Edições Loyola, 2012. 220 p.

SILVA, M. (Org.). **Educação online: teorias, práticas, legislação, formação corporativa**. 4ed. Legislação atualizada. São Paulo: Edições Loyola, 2012. 532 p.

1
1